

**AO****SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DO PARANÁ - SINAPRO-PR****A/C: Sr. Hécio José Gelbecke**[sinapro@sinapropr.org.br](mailto:sinapro@sinapropr.org.br)**Referência: Concorrência Nacional NF 2182-22 - Serviços de publicidade institucional, promocional e legal.****Assunto: Impugnação - Respostas.**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 1.2.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) Concorrência Nacional em epígrafe, não lhe sendo aplicável as Leis brasileiras nº 14.133/21 e nº 10.520/09, bem como, subsidiariamente, as demais afeitas à natureza desta licitação.

Feitas as considerações iniciais, passamos a analisar o teor da impugnação interposta por V.Sa., concluímos:

**a) Do item 1. Natureza jurídica da ITAIPU:**

O entendimento está correto. Nesta licitação a etapa de habilitação precede a etapa de proposta. Quanto ao acolhimento da Impugnação, o pleito foi apresentado tempestivamente, e por consequência, acolhido e apreciado pela ITAIPU.

**b) Do item 2. Regime de contratação da Agência de Publicidade:****b.1) Do subitem 2.1.4 do CBC:**

O Impugnante reconhece que a previsão se encontra escoimada amparada pela NGL, não cabendo, portanto, revisão.

**b.2) Do subitem 2.2.1 do CBC:**

O Impugnante interpreta o artigo 9º do Decreto 6.555 (1998), como restritivo à inclusão desses serviços; porém, mesmo que coubesse a aplicação da referida lei à contratação de ITAIPU, a redação do artigo deixa claro que a faculdade/liberalidade em não o fazer (a contratação de Publicidade Legal por intermédio de agência de publicidade) é relacionada a “órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, nos quais não se inclui a Entidade binacional. Para ITAIPU, a prestação desses serviços por agência de publicidade contratada, ao invés de contratação direta de veículos, vem resultando em agilidade, economicidade e isenção técnica, o que valoriza a atividade e expertise das agências de publicidade.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**b.3) Do subitem 2.2.2 do CBC:**

Vide resposta acima.

**b.4) Do subitem 2.2.3, alínea “h” do CBC:**

Caso o Impugnante esteja se referindo à interpretação da alínea “h” do item 2.3 - Condições de Participação, estabelece-se no instrumento como condição *sine qua non* que, ao aceitar participar do certame, as proponentes concordam que estão demonstrando sua capacidade técnica por meio de uma proposta simulada, levada ao conhecimento para julgamento e, em momento oportuno (conforme CBC, item 2.12), divulgada em seu inteiro teor a todos os interessados, em sessão pública específica. A partir desse momento, ITAIPU se reserva o direito de não assunção de responsabilidade legal pela utilização ou reutilização de qualquer proposta apresentada e tornada pública aos demais proponentes, sem qualquer prejuízo à lei 9.610/98 - ou seja, de forma alguma haverá utilização indevida por parte de ITAIPU do conteúdo proposto, *ipsis literis*, sem autorização - mas cabendo à licitante aceitar ou não essa isenção de ITAIPU ao ingressar no certame. Por fim, ressalta-se a necessidade de dar publicidade a todos os documentos do processo licitatório.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**c) Do item 3. Elaboração e apresentação da Proposta Técnica, subitem 2.5.1:**

Sobre “Elaboração da Proposta Técnica” - subitens 3.1, a leitura do CBC deixa claro que no certame estabelecido inexistente invólucro B3. Não prospera a alegação de que o invólucro B2 não possa conter, juntas, a Proposta Técnica Identificada e a Capacidade Técnica; ou que tal procedimento possa conduzir a um resultado viciado.

**c.1) Da Proposta Técnica - Via não Identificada;**

O invólucro B2 somente será aberto APÓS o previsto no CBC em 2.12.2 - SESSÃO PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CRIATIVAS NÃO IDENTIFICADAS. Ou seja, na mesma ocasião em que se torna público o teor das Propostas Não-Identificadas e suas

valorações pela Comissão, faz-se a abertura de um segundo e único envelope (B2), que tem o condão de revelar, ao mesmo tempo e de forma inconteste, a quem corresponde cada proposta criativa - agora identificada - e, simultaneamente, quais os atributos a serem valorados como Capacidade Técnica para cada proponente. Tal procedimento tem sido adotado em todos os certames anteriores por ITAIPU, sem contestações por parte dos licitantes, e inclusive com o acompanhamento do Sinapro-PR.

c.2 Da Proposta Técnica - Via Identificada, e

c.3 Do Conjunto de Informações sobre a proponente: Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

Adicionalmente, responde-se aqui ao item 6 desta Impugnação, no qual o Impugnante propõe que a Capacidade Técnica seja julgada simultaneamente à Proposta Técnica Não-Identificada - o que, isso sim, poderá constituir fator de contaminação no julgamento pela Comissão. Por isso, ITAIPU adotou a precaução de segregar o que é julgamento de Propostas Não Identificada daquelas nas quais há integral e inequívoca identificação das proponentes.

Destarte, mantém-se a terminologia adotada no CBC, considerando-se a terminologia invólucro B1 - "Proposta Criativa não Identificada" e invólucro B2 - "Proposta Criativa Identificada e Capacidade Técnica".

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**d) Do item 4. Recebimento da Documentação para Habilitação e Propostas Técnica e Comercial:**

**d.1) Dos subitens 2.8.1 e 2.8.8:**

Sobre "RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO", aplica-se o exposto no item anterior, inexistindo invólucro B3 e aplicabilidade do proposto pelo impugnante. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**e) Do item 5. Julgamento da Habilitação:**

**e.1) Do subitem 2.9.2, incisos III e IV:**

As fórmulas aplicadas na habilitação econômico-financeiro de fornecedores estão presentes nos Cadernos de Bases e Condições das licitações da ITAIPU desde 1994. Os Cadernos de Bases e Condições, por sua vez, são elaborados em conformidade com a Norma Geral de Licitação (NGL) de ITAIPU, que estabelece as condições e regras para a execução das licitações, aquisições diretas e convênios para contratações de obras, serviços, compras, alienações e outras formas de destinação do uso de bens, observados os atos constitutivos e normativos da Entidade.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**f) Do item 6. Abertura das Propostas Técnicas, subitem 2.10.1:**

Vide considerações apresentadas na letra “c” referente ao item 3, acima. Em complemento, note-se que a alegada identificação do envelope B1 que possa ensejar a anulação do pleito não prospera, já que o objeto de questionamento do Impugnante seria um terceiro e inexistente envelope, chamado por ele de B3, a ser aberto ao mesmo tempo que B1 - o que, isso sim, ensejaria possibilidade de associação entre conteúdo identificado e não-identificado.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**g) Do item 7. Julgamento das Propostas Técnicas Identificadas:**

Primeiramente, cabe notar que os Critérios Objetivos de Julgamento propostos, e explícitos, destinam-se justamente a reduzir o grau de subjetividade na análise das propostas, de forma a tornar transparente quais os critérios de pontuação são adotados para mensuração da capacidade de todas as licitantes.

**g.1) Do subitem 2.13.2, inciso V:**

Quanto à “CAPACIDADE DE ATENDIMENTO”, em seu item 2.13.2, os critérios estabelecidos valoram, na letra “a”, justamente um rol de clientes que endossem, embasados em seu porte e tradição, a capacidade de atendimento da proponente; ou seja, efetivamente o que se julga é de natureza declaratória desses depoentes sobre esses dois itens; portanto, para qualificá-los, buscando a seleção do melhor e mais equilibrado grau de experiência dentre as licitantes para o atendimento à ITAIPU, se faz necessário pontuá-los por critérios objetivos, estabelecendo a gradação necessária. Tal valoração não pode ser considerada excessiva, porquanto razoável e conforme ao mercado exigido; ou mesmo restritiva, enquanto classificatória e não eliminatória.

Há também nessa argumentação uma interpretação errônea da alínea “c”, referente aos equipamentos exigidos. Especificamente em “c1”, o parâmetro é de que sejam compatíveis, em quantidade e qualidade, com os profissionais e serviços exigidos; inclusive, o CBC prevê textualmente que possam ser em qualquer das plataformas mais usuais: “nas plataformas IBM-PC OU MacIntosh” (grifo nosso). Essas exigências técnicas também não estão relacionadas à verba licitatória deste certame ou a de quaisquer outras empresas, como alegado pelo Impugnante, mas exclusivamente à capacidade de atender, com eficácia e eficiência, a partir de uma estrutura mínima de equipamento e pessoal, à natureza dos serviços de publicidade exigidos por ITAIPU.

Ainda argumenta o Impugnante que a alínea “b” seria excessiva quanto ao tempo de experiência e formação acadêmica, o que não encontra guarida - pois ao consultar o modelo de edital invocado ao longo de sua argumentação, aquele que é sugerido pela Secom, este

inclui textualmente, em seu item 11.6, a possibilidade de “a quantificação e qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação acadêmica e experiência) (grifo nosso), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as respectivas áreas de atuação;”

Também não prospera o reclame que “o critério adotado pontuando os profissionais de modo objetivo, só servirá para afastar da licitação, boas agências da região”, uma vez que os critérios estabelecidos por ITAIPU buscam selecionar a melhor proposta considerando o mercado nacional (CBC, item 2.1.1), e pela modalidade melhor técnica (CBC, item 2.1.2), independentemente de onde esteja localizada a eventual proponente.

Sobre as alíneas “d” e “e”, favor reportar-se ao primeiro parágrafo da resposta ao item 7, acima.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**g.2) Do subitem 2.1.3.3:**

Não identificado o trecho pela numeração citada - todavia, no contexto, relaciona-se ao item 2.13.3; também neste caso, vide resposta apresentada na letra “c” referente ao item 3 – inexistente segregação em envelope B3, portanto mantém-se a terminologia correntemente adotada no CBC.

**g.3) Do subitem 2.13.8 (referente ao subitem 2.13.5 da nova versão do CBC publicada neste Aditamento):**

Gentileza reportar-se à resposta do item anterior.

**h) Do item 8. Recurso Administrativo:**

**h.1) Do subitem 8.1, alínea b):**

Sobre Subitem 2.18.1 - vide resposta apresentada na letra “c” referente ao item 3, mantendo-se a terminologia já adotada por ITAIPU. Cabe ressaltar que a proposta técnica identificada das licitantes poderão ser matéria de recurso administrativo por parte dos demais participantes, garantido o corolário do devido processo legal.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**i) Do item 9. Anexo II - Documentação para Habilitação:**

**i.1) Do item 1.1:**

O código cadastral estabelecido pela ITAIPU não restringe a competição, sendo condizentes com objeto licitado.

Caso a licitante esteja cadastrada na ITAIPU, porém não esteja neste código, poderá entrar em contato com setor de Cadastro de Fornecedores da ITAPU para regularizar sua situação.

Além disso, a licitante ainda poderá participar desta licitação como “EMPRESAS “NÃO CADASTRADAS” NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ITAIPU”, item 2 da documentação para habilitação - Anexo II. Nesta hipótese, sequer precisa possuir qualquer cadastro na ITAIPU, desde que apresente a documentação exigida no item 2 da documentação para habilitação - Anexo II.

Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**i.2) Do item 1.4, alínea “b”, inciso VII:**

Sobre item 1.4, alínea “b”, inc. VII, consideramos que a redação proposta pelo Impugnante não atende às necessidades de ITAIPU, já que, devido aos serviços serem efetiva e previamente pagos por meio do contrato, inexistia *a posteriori* qualquer mecanismo de “reembolso por custos envolvidos”. A redação alternativa apresentada também já se encontra contemplada na letra “a” do referido item. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**i.3) Do item 2.4, alínea “a”:**

Sobre a terminologia “Certificado de Habilitação” ou “Certificado de Qualificação Técnica”, no Anexo II, item 2.4, note-se que o próprio órgão emissor, CENP - Conselho Executivo de Normas-Padrão, atesta que sua certificação abrange tanto “a qualificação técnica para prestar serviços de publicidade e dispõe de estrutura técnica e profissional” quanto para a certificada que “está habilitada a participar de concorrências públicas, para prestação de serviços de publicidade”, sendo indiferente o título utilizado por servir tal Certificação, que é a único e inconfundível, a ambas as funções. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**i.4) Do item 2.4, alínea “b”, inciso i):**

Sobre o Anexo II, item 2.4, alínea “b”, inc. “i”, requerendo a inclusão de “ressalvados os direitos de terceiros”, tal já se encontra contemplado no inc. “iv”, que prevê as alternativas da contratação desses direitos de terceiros. O tema da alínea “b” é, tão somente, referente aos efeitos dos produtos diretos dos serviços da eventual contratada, pois versa exclusivamente sobre “ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado ... (grifo nosso). Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**j) Do item 10. Anexo III - Requisitos para elaboração da Proposta Técnica:**

**j.1) Da alínea “A”, parágrafo 3º:**

Favor reportar-se à resposta apresentada na letra “c” referente ao item 3 - mantém-se o invólucro B2 como continente único dos conteúdos identificados. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**j.2) Da Formatação Técnica, inciso III, Obs.:**

Entende-se claro no inc. III que, por “tão somente os materiais listados”, a exigência é de simples ROTEIROS, ou seja, as propostas textuais, sem a execução física (produção e edição de imagens, gravação de sons etc.); tal procedimento, inclusive, encontra-se claramente expresso na primeira frase da observação em tela. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

**k) Do item 11. Anexo VII - Minuta de Contrato:**

Aplicam-se ao Anexo VII, todas as considerações anteriormente feitas e a ele aplicáveis, e mais:

**k.1) Da Cláusula 6ª:**

Solicitação deferida. Gentileza reportar-se ao item II deste Aditamento.

**k.2) Da Cláusula 6ª, inc. IX:**

Solicitação deferida. Gentileza reportar-se ao item II deste Aditamento.

**k.3) Da Cláusula 6ª, inc. XIX:**

Solicitação indeferida. Tal inciso foi elaborado segundo os procedimentos previstos nas normas próprias aplicadas pela ITAIPU e respeita a regra geral disciplinada na Instrução de Procedimento nº 18 (IP-18).

**k.4) Da Cláusula 6ª, inc. XXII:**

Solicitação indeferida. Tal inciso foi elaborado segundo os procedimentos previstos nas normas próprias aplicadas pela ITAIPU e respeita a regra geral disciplinada na Instrução de Procedimento nº 18 (IP-18).

**k.5) Da Cláusula 6ª, inc. XXX:**

Solicitação indeferida. Tal inciso foi elaborado segundo os procedimentos previstos nas normas próprias aplicadas pela ITAIPU e respeita a regra geral disciplinada na Instrução de Procedimento nº 18 (IP-18).

**k.6) Da Cláusula 6ª, §1º:**

Solicitação indeferida. A ITAIPU esclarece que a responsabilidade técnica é da agência, que inclusive percebe remuneração sobre acompanhamento da produção e execução por terceiros, tornando-a responsável pelos custos advindos da inadequação dos produtos ou

serviços da contratação - portanto, ela deve assumir esse ônus por irregularidades, seja dela ou de seus agenciados.

**k.7) Da Cláusula 9ª:**

Solicitação indeferida, uma vez que tal menção já está contemplada na Cláusula 10.

**k.8) Da Cláusula 21, §2º:**

Solicitação indeferida, tendo em vista restar redundante a inclusão de tal proposta, já que o destaque na emissão da nota é em nome da ITAIPU - e, tratando-se, portanto, de um produto ou serviço prestado por conta e ordem desta.

**k.2) Da Cláusula 49, caput:**

Solicitação indeferida. Tal Cláusula foi elaborada segundo os procedimentos previstos nas normas próprias aplicadas pela ITAIPU e respeita a regra geral disciplinada na Instrução de Procedimento nº 18 (IP-18).

Por fim, solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente,

Daniele Tassi Simioni Gemael  
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(identificação e assinatura)

Data:

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/8204-C22F-FBC5-AF96> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8204-C22F-FBC5-AF96



### Hash do Documento

3D600B3F4638987E489656E1CBDE6FA1127DCD7DD1DF720BFF58D578B5971467

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.\*\*\*.\*\*\*-04 em 20/04/2023

17:40 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital